

REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO: REVISÃO CONCEITUAL E ANÁLISE DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA E DE ALTERAÇÃO DO USO DA TERRA NA REGIÃO DO COREDE NORTE/RS

Alcione Talaska

talaska.alcione@gmail.com

Mestre em Desenvolvimento Regional
Universidade De Santa Cruz Do Sul (Unisc)

RESUMO

Tendo presente a constante reformulação conceitual existente nas ciências e em seu aporte teórico, buscamos, a partir de um olhar da geografia, analisar em um primeiro momento a definição e a diferenciação dos principais termos utilizados em estudos e análises espaciais. Realizamos, através da reflexão de vários autores, a sistematização dos conceitos de espaço, território e região, com o intuito de contribuirmos para o entendimento de suas concepções e reinterpretações frente aos processos dialéticos de transformação das características socioespaciais. A partir destes procedimentos elaboramos uma regionalização da região do Conselho de Desenvolvimento (COREDE) Norte do Estado do Rio Grande do Sul, como expressão dos processos de reconfiguração fundiária e de alterações do uso da terra durante o período 1992 a 2006. Esta regionalização se constitui numa ferramenta geográfica extremamente útil, pois ao seguir propósitos determinados, resulta na possibilidade de geração de novos conhecimentos, que, por sua vez, podem originar numerosas aplicações práticas.

Palavras-Chave: Região, Regionalização, Reconfiguração fundiária, Uso da terra

REGION AND REGIONALIZATION: CONCEPTUAL REVISION AND ANALYSIS OF THE PROCESS OF LAND RECONFIGURATION AND THE CHANGE IN LAND USE IN THE REGION OF NORTH COREDE/RS

ABSTRACT

Having had the constant concept reformulation present in the sciences and in its theoretical background, we aimed, through the geography look, to analyze the definition and the differences of the main terms used in spatial studies and analysis. We've accomplished, through the support of several authors, the systematization of the concepts about space, territory and region, co-operating to the understanding of their concepts and reinterpretation before the dialectic processes of modification of the socio-spatial characteristics. Through the use of these processes, we've developed the regionalization of the COREDE region - Development Counsel from the North of the State of Rio Grande do Sul - as an expression of land resetting processes and the change in land use from 1992 to 2006. This regionalization is an extremely useful geographic tool, because it leads to the outcome of deferent knowledge, and that may have numerous practical applications.

Key-words: *Region, Regionalization, Land Reconfiguration, Land Use*

INTRODUÇÃO

A relação entre uma ciência e seu aporte teórico é constituída por conceitos e categorias que permitem a sua aproximação com a realidade. A definição de conceitos utilizados em estudos e análises espaciais tem instigado pesquisadores de várias ciências, principalmente os da área da geografia, onde a constante reformulação teórica demonstra a preocupação em se perseguir a realidade, interpretando-a e inferindo sobre as transformações do meio geográfico.

Recebido em 01/02/2011

Aprovado para publicação em 23/02/2011

Os resultados deste trabalho fazem parte da pesquisa de dissertação de mestrado *Estrutura Agrária e Reconfiguração Fundiária – o caso da Região do COREDE Norte/RS*, sob orientação da Prof. Dr. Virginia Elisabeta Etges, e de estudos realizados no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Ao considerarmos que o pensamento geográfico sofre reavaliações, é importante e oportuno, buscarmos sempre o entendimento dos seus conceitos, a fim de reinterpretá-los frente aos processos de transformação das características socioespaciais.

Em virtude disso, realizamos neste artigo uma revisão bibliográfica buscando sistematizar, através da reflexão de vários autores, as principais definições e conceitos utilizados pela ciência geográfica. Esta sistematização facilita não somente o reconhecimento e diferenciação conceitual, mas a escolha de categorias analíticas para a interpretação das características do meio geográfico.

Deste modo, primeiramente, realizamos uma contextualização das definições de espaço e território, demonstrando a apropriação do espaço pelo homem e a conseqüente formação dos territórios. Evidenciamos, assim, que o território é posterior ao espaço e que a sua formação depende da territorialização do espaço, fenômeno originado pela atuação de grupos sociais.

Posteriormente, apresentamos o conceito com o qual a geografia adquiriu identidade frente a outras ciências. Para tanto, desenvolvemos uma reflexão sobre o surgimento, sobre as concepções e as re-interpretações do conceito de região.

Por fim, demonstramos que o processo de regionalização do território implica na análise de vários fatores e compreende diferentes critérios, métodos e abordagens. Em vista disso, apresentamos, de forma sistematizada, algumas tipologias que integram as finalidades da regionalização, e apresentamos a aplicação de algumas técnicas para a regionalização da reconfiguração fundiária e das alterações do uso da terra na região do Conselho de Desenvolvimento Norte do estado do Rio Grande do Sul (COREDE Norte/RS) no período 1992 a 2006. Concluímos este trabalho, afirmando a necessidade de se avaliar e revisar constantemente os conceitos, categorias e metodologias empregadas nos estudos e análises do meio geográfico, a fim de não se perder características e distorcer identidades socioespaciais

ESPAÇO E TERRITÓRIO

Etimologicamente o termo espaço, do latim *spatium*, refere-se originalmente às relações entre formas de objetos e às relações dos movimentos dos objetos que se movem infinitamente. O espaço é visto como contínuo, ou como intervalo, no qual se estabelece a direção dos movimentos e se posicionam os objetos, seguindo certa ordem (GOMES, 1995; GEIGER, 1996).

O espaço é um conceito de diversas interpretações. Na geografia tal conceito pode ser entendido, entre outras concepções, como o espaço natural e o espaço geográfico. O espaço natural é o espaço resultante de processos naturais e espontâneos do meio ambiente, sendo concebido como o espaço no qual o homem não exerceu influência e não realizou transformações em suas paisagens³. No entanto, na medida em que o espaço natural é modificado pelo homem, através da organização humana, cria-se uma segunda natureza, uma natureza artificial, onde o homem imprime sua cultura, modela e humaniza o espaço, denotando assim, a sua transformação em espaço geográfico.

O conceito de espaço geográfico foi, ao longo da história da geografia, concebido por diferentes maneiras. Entretanto, não sendo nosso objetivo retomá-las, tomamos como referência a definição expressa por Santos (2004a, p.21) que indica o espaço como sendo o “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Tal noção de espaço torna possível o reconhecimento das categorias analíticas internas do espaço, como por exemplo: a paisagem, a configuração territorial e o espaço produtivo. Além disso, Santos (2004a, p.63) relata que o espaço é formado por

um conjunto indissociável, solitário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por outros objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

³ Considerada por Milton Santos (2004b) como um ponto determinado no tempo, a paisagem compreende dois elementos: Os objetos naturais, que não são obra do homem e nunca foram tocados por ele; e os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano. A paisagem é formada (ou transformada) pela acumulação de tempos, sendo que para cada lugar, para cada porção do espaço, essa acumulação é diferente e, portanto, suas modificações ocorrem em ritmos e intensidades diferentes.

Assim, entendemos que o espaço geográfico é o resultado da organização, das transformações e de adaptações do homem durante a história. O espaço geográfico não é estático no tempo, está em constante modificação, seja por mudanças na organização da sociedade, nos usos dos recursos naturais, seja nas técnicas e modos de produção e reprodução do espaço vivido.

Não obstante, Milton Santos (2004a e 2004b) considera que o espaço se constitui como a matriz sobre as quais novas ações substituem as ações passadas, sendo imprescindível compreender as categorias do passado para apreender o presente⁴. Nesse entendimento, corroborasse que a “extensão histórica do ecúmeno, a intensificação da mobilidade dos homens, a formação dos Impérios, forma[m], entre outras, razões para o emprego crescente da expressão espaço geográfico, que contém em si o território” (GEIGER, 1996, p.236).

Em nossos dias, como afirma Corrêa (1996) e Santos (2004b), o espaço é apropriado, ou ao menos comandado, segundo leis. Este espaço apropriado e transformado em território se constitui em um conceito revestido da dimensão política, afetiva, ou ambas. A palavra território “deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação” (CORRÊA, 1996, p.251). Desse modo, o território não deixa de ser um espaço, é um espaço de relações que exprime manifestações e está ligado a ideia de poder, de domínio⁵.

A abordagem pioneira do conceito de território, segundo Raffestin (1993), Andrade (1995) e Moraes (1999), foi formulada pelo geógrafo Frederico Ratzel no final do século XIX, que através de seus estudos sobre a Geopolítica, legitimou e consolidou o conceito de território. Ratzel preocupava-se com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, para ele a garantia de determinado grupo social que vivia em determinado território dependia do Estado, exprimindo desta forma a concepção de território ligado a ideia de Estado-Nação.

Outra importante contribuição para a compreensão do território foi a obra *Por uma Geografia do Poder* do geógrafo francês Claude Raffestin (1993), publicado originalmente em 1980. Raffestin tem a concepção de território como posterior ao espaço e muito além do poder do Estado-Nação. Defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam em diferentes níveis e assumem uma territorialidade no espaço físico, dando forma ao território. Nas palavras do autor,

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Na concepção de Raffestin (1993, p.144)

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática, dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.

Ao se falar de território se está fazendo referência implícita à noção de limite, que se manifesta pela relação de um determinado indivíduo ou grupo, ou mesmo por suas atividades, com uma porção do espaço. Segundo Corrêa (1996, p.251-252) “há vários territórios recobrando a superfície da Terra. Cada um apresenta uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes”. Dessa forma, o território se constitui num “conceito subordinado a [...] outro mais abrangente, o espaço”, sendo

⁴ Insere-se nesta afirmativa, que a utilização de certas categorias e conceitos da análise espacial, possibilitam uma melhor compreensão da complexidade da apropriação do espaço geográfico. Categorias como o território e região (abordados mais adiante) possibilitam através de um dado recorte espacial uma melhor compreensão da realidade e dos aspectos espaciais estudados

⁵ Quanto ao surgimento de sua concepção, o território, segundo Costa (2002), teve duas grandes vertentes interpretativas. Num extremo, se encontra o território concebido pelos naturalistas, enquanto no outro, se encontra uma concepção mais etnocêntrica do território. A concepção naturalista vê o território, de um lado, por um sentido físico, material, como inerente ao próprio homem, e por outro lado, vê o território como espaço envolvido pelo campo sentimental do homem, sobrevalorizando, dessa forma, a afetividade do homem com seu espaço. Já a concepção etnocêntrica vê o território como se fosse uma construção puramente humana, social, ignorando toda a relação sociedade-natureza, como se o território pudesse prescindir de toda base natural.

o território, segundo Corrêa da Silva (1996), uma evidência do lugar, e um pressuposto do espaço, pois o espaço é o maior lugar possível. O que se define é que a formação do território está diretamente relacionada à história, aos períodos históricos. O processo de “construção do território é, pois, simultaneamente, construção / destruição / manutenção / transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (OLIVEIRA, 2009, p.06).

A delimitação do território deriva da materialização do uso do espaço e é expressa por relações de poder, de forças, de fraquezas, sejam elas econômicas, políticas, ou ainda vinculadas a questões sociais e culturais, capazes de originar uma formação socioespacial. O território pode ser entendido como o espelho das mudanças sociais, ambientais, econômicas e políticas, sendo reconhecido como o resultado das relações homem/ambiente, da organização e controle do espaço.

CONCEPÇÕES E RE-INTERPRETAÇÕES DO CONCEITO DE REGIÃO

Como bem demonstrou Roberto Lobato Corrêa (2005) em entrevista a revista *Discente Expressões Geográficas*, o conceito de região sustenta longa tradição na geografia. É um conceito permanente, porém não congelado. Foi submetido a inúmeras reinterpretações, o que denota a sua força e confirma que foi através dele que a geografia ganhou identidade frente a outras ciências.

Antes de conceituar definitivamente o que é região, Gomes (1995, p.49) afirma que o mais importante não é estabelecer “uma validade restritiva para este conceito, como se a ciência fosse um tribunal onde se julgasse o direito de vida ou de morte das noções”. Parece mais conveniente perceber a “existência da noção de região em outros domínios [...], reconhecendo, ao mesmo tempo, a variedade de seu emprego no âmbito da própria ciência e particularmente da geografia”. Além disso, Gomes (1995, p.50) afirma que a ciência “deve procurar nos diferentes usos correntes do conceito de região suas diferentes operacionalidades, ou seja, os diferentes recortes que são criados e suas respectivas instrumentalidades.” Assim, se deve distinguir as diferentes esferas onde o conceito de região é utilizado, seja no senso comum, na variedade de interpretações que ele possui na geografia, ou ainda como um termo para outras disciplinas.

Segundo Gomes (1995), Corrêa (1997) e Lencione (2003) a origem etimológica da palavra região deriva do latim *regere* que significa governar, o que atribui ao termo região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política, se referindo à unidade político-territorial que dividia o Império Romano.

Regione nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma (GOMES, 1995, p. 49-50).

O aparecimento da noção de região teve origem quando a necessidade de articulação entre o poder centralizado e sua extensão sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial, exigiu a segmentação do espaço. O termo região passa então, como afirma Corrêa (1997), a designar uma dada porção da superfície da terra, que por diferentes razões e critérios se diferenciava de outra porção.

A utilização da divisão do espaço em regiões, no período da Idade Média, é reforçada pelo esfacelamento do Império Romano e pela origem espacial do poder autônomo dos feudos, onde a Igreja apodera-se desta divisão do espaço, determinando o estabelecimento de sua hierarquia administrativa através destas fraturas regionais (GOMES, 1995).

Segundo Gomes (1995, p.52), o surgimento do Estado moderno recoloca as discussões sobre as unidades espaciais. Isso porque este período caracteriza-se pela “redefinição da autonomia do poder, da cultura, das atividades produtivas e [dos] limites territoriais” dos Estados europeus. Esse período vivencia o renascimento das discussões em torno dos conceitos e estudos de ordem espacial, e o surgimento de um campo disciplinar especificamente geográfico. Foi principalmente entre os geógrafos, que o conceito de região passou a ser amplamente debatido. Debate, este, que buscava uma melhor conceituação e um método que possibilitasse a diferenciação da geografia das outras ciências naturais ou sociais (CORRÊA, 1997).

Através de um olhar histórico, Gomes (1995, p.52) afirma de forma resumida, que o conceito de região

tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial; [...] possui um inequívoco componente espacial [sendo] a geografia [um] campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar para si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre este tema.

Como bem frisou Corrêa (2005) o conceito de região é um conceito permanente na geografia, porém não congelado. Nesse sentido, contemporaneamente, no contexto do período chamado por David Harvey (1989) de pós-moderno e por Milton Santos (2004a) de técnico-científico-informacional, o debate acerca do termo região continua, pois vivenciamos uma redefinição do papel do Estado, com quebras de pactos territoriais e com o ressurgimento de questões regionais, de nacionalismos e regionalismos fragmentados.

Nesse contexto, o termo região continua a designar uma determinada área na superfície terrestre que se diferencia do todo, como afirmou Corrêa (1997). Porém tal conceito é cada vez mais abarcado por um grande gama de conotações, que possibilitam, de acordo com a aplicação de diferentes critérios, a criação das mais distintas regionalizações.

AS CONCEPÇÕES DE REGIÃO

A expressão região é empregada no senso comum, no cotidiano, como uma forma de referência a lugares que se diferenciam uns dos outros. Segundo Gomes (1995, p.53), na linguagem cotidiana a noção de região está relacionada essencialmente aos princípios de localização e de extensão, podendo

assim ser empregada como referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ainda ser uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial [...] [ou ao] domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais.

A categoria região é, nesse sentido, de uso corrente e está disseminada tanto na linguagem comum, como na científica. Ela foi incorporada ao nosso cotidiano, e é também entendida como o resultado de uma divisão regional, no qual é reconhecida na perspectiva de unidade administrativa.

Nas ciências em geral, o termo região é empregado, basicamente, quando em associação a localização de certo domínio, ou seja, "domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma dada espécie, de um afloramento, ou domínio de certas relações como, por exemplo, na biogeografia, inspirada na ecologia, onde dividimos a Terra segundo associações do clima, da fauna, e da flora" (GOMES, 1995, p.53).

É importante destacar o grau de abrangência do conceito. Na geografia o uso do termo região é um pouco mais complexo, pois o conceito de região deixa de ter seu uso na linguagem comum para se tornar um conceito científico (GOMES, 1995). Segundo Corrêa (1997), desde que a geografia foi institucionalizada como disciplina, no final do século XIX, até aproximadamente 1970, três foram as grandes acepções de região entre os geógrafos.

A primeira acepção, a região natural, apoia-se nos dados da natureza. A segunda segue a matriz do historicismo de base neokantiana, onde a região passa a ser vista como uma paisagem cultural, a denominar-se região-paisagem. E na terceira acepção, considera a região como criação intelectual, a partir de propósitos específicos dos geógrafos.

Segundo Corrêa (1997), a região natural se constituiu em um conceito referencial entre os geógrafos que procuravam explicar as diferenças no processo de desenvolvimento social e econômico das sociedades. Sua utilização ocorreu principalmente entre 1870 e 1920, quando a perspectiva possibilista começa a caracterizar o pensamento dos geógrafos.

A região natural era entendida como a área da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, formando assim uma específica paisagem natural. Nesta acepção, as regiões existem como unidades morfológicas e fisicamente pré-constituídas, tanto que seu conceito foi adotado por geógrafos físicos e por aqueles que adotaram o determinismo ambiental para compreender as relações homem e natureza. (GOMES, 1995; CORRÊA, 1997).

Segundo esta acepção, e de acordo com Gomes (1995) e Lencioni (2003), a combinação do clima, da vegetação e do relevo, condicionavam e definiam a organização e a configuração estrutural das sociedades. Sob este olhar da geografia, a região natural era concebida de

acordo com os limites físicos impostos ao homem pelas características dos elementos da natureza, como por exemplo, as bacias hidrográficas, a região do bioma pampa, a região do pantanal, etc. Gomes (1995, p.56), no entanto, ao relatar a oposição de L.Fébre (1922) à perspectiva do meio natural explicativo, afirma que

A natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas é sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade da escolha, [...]. A região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz de tudo explicar.

É com este entendimento que a perspectiva possibilista começa a superar a visão determinista da região natural. A região começa a ser pensada como o resultado do trabalho humano em determinado ambiente e não mais como o ambiente determinando o trabalho humano.

Nesta segunda acepção, denominada região geográfica (na bibliografia francesa) ou região-paisagem (na bibliografia alemã), que vigora de forma majoritária pelo período de 1920 a 1950, a matriz é a do historicismo de base neokantiana, que enfatiza a “separação entre as ciências naturais e sociais, atribuindo um caráter idiográfico aos eventos e às regiões, ao tempo e ao espaço”. A região passa a ser entendida como o “resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural” (CORRÊA, 1997, p.185).

A construção da noção de região geográfica, e conseqüentemente de seu objetivo final, parte da descrição, da caracterização das particularidades, das individualidades, da identidade de cada região, buscando sintetizar a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente e suas relações. Isto segundo Gomes (1995) ficou conhecido como a Escola Francesa de Geografia, a qual teve como o seu principal pensador o geógrafo Paul Vidal de La Blache.

Na Alemanha esta acepção de região também se desenvolveu. Os principais autores que contribuíram para esta reflexão geográfica foram os geógrafos neo-kantianos Hettner e Dilthey que estabeleciam a descrição e a interpretação como o único meio para a produção do conhecimento. A descrição das diferentes paisagens era vista como não suficiente, era necessário interpretá-las como o resultado de uma dinâmica complexa, estabelecendo relações para adquirir o conhecimento regional como o produto para o conhecimento geográfico. (GOMES, 1995).

Segundo Corrêa (1997), a terceira acepção de região originou-se na década de 1950, através da chamada revolução teórico-quantitativa, que no entender de Costa (2005) corresponde a primeira *morte* da região⁶. Nesta abordagem neopositivista, seguindo os caminhos da denominada nova geografia, os geógrafos quantitativistas acusavam a geografia clássica de visualizar a região como algo excepcional, único, singular (COSTA, 2005). Tal crítica encontra em uma nova concepção de região a possibilidade de assegurar o rigor científico através da “precisão das análises quantitativas e pelo método teórico-dedutivo” (COSTA, 1988, p.17).

O que mais distingue estes pensadores da geografia clássica é a região entendida não como uma realidade evidente, dada, a qual caberia o geógrafo descrever, mas como um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada desse espaço. A região passa a ser entendida como uma criação intelectual, criada a partir de propósitos específicos, e podendo resultar em inúmeras regiões ou tipologias espaciais, moldadas de acordo com os objetivos do pesquisador. (COSTA, 1988; GOMES, 1995; CORRÊA, 1997).

Essa nova acepção de região, mesmo evidenciando uma revolução no modo do geógrafo pensar o regional, não elimina as acepções anteriores. A região natural e a região geográfica passam a ser apenas uma das múltiplas possibilidades de recortar a superfície terrestre (CORRÊA, 1997). Assim, as diferentes regiões passam a ser o resultado dos diferentes critérios adotados pelo pesquisador para realizar a sua regionalização. É com esse enfoque que Costa (2005) denota a *primeira morte e ressurreição da região*, “morre” a região que necessita *a priori* de uma base empírica, para ressurgir uma região em que a base empírica pode ser recortada *a posteriori*.

⁶ Costa (2005c) delimita as idas e vindas do conceito de região durante a história. O autor identifica as mortes e ressurreições da região manifestando a sua resistência. Segundo o autor, três são os grandes momentos em que se chegou a decretar a “morte” da região, o neopositivismo, o marxismo e o globalismo.

A partir de 1970, outra onda crítica se faz presente nos paradigmas dos estudos geográficos. O conceito de região reaparece no interior de uma geografia radical, que se fundamenta principalmente no marxismo, através do materialismo histórico e dialético, e também nas geografias humanista e cultural (GOMES, 1995; CORRÊA, 1997).

A região estava, segundo Costa (2005), prestes a sua *segunda morte e ressurreição*. Nesse período, o conceito de região passa a despertar também o interesse de pesquisadores não-geógrafos, que buscavam o aprimoramento nos estudos do espaço social. O resultado foi uma expressiva ampliação no pluralismo conceitual de região, baseados, segundo Corrêa (1997), na diferenciação de áreas.

A segunda morte da região, segundo Costa (2005, p.13-14), se daria, “na visão daqueles que imaginavam [...] uma homogeneização econômica de tal forma que as diferenças regionais desapareceriam⁷”, ou ainda pela visão não muito radical dos que “admitiram a existência do fenômeno regional [...], mas [...] optaram por considerar apenas o regionalismo (enquanto luta social), e não a região, como categoria de análise (tida como “entidade territorial” e não “sociológica”)”.

A ressurreição dessa região se dá principalmente pelo viés da dimensão econômica, e também pelo viés dos movimentos sociais, onde a transformação das regiões não trariam a homogeneização do mundo, mas sim, um processo de transformação das regiões, resultado das particularidades de cada lugar, em relação às especificidades herdadas do seu passado e aos processos advindos da globalização (CORRÊA, 1997).

A estes processos advindos da globalização, Costa (2005) chama de *terceira morte da região*. Morte alegada especialmente por aqueles que acreditam que os processos de globalização iriam cada vez mais impor uma sociedade em rede, em detrimento de uma sociedade claramente regionalizada. Teoricamente, trata-se de uma leitura que vê um mundo mais complexo, multifacetado, sendo ao mesmo tempo unificado e dividido.

Segundo Corrêa (1997, p.189) é neste contexto de mundo conectado e fragmentado, dividido e unificado pelo capitalismo que se reinicia o debate sobre a natureza da região. A fragmentação “exprime-se na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas, [e por] características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis”, enquanto a conexão “exprime-se pelos diversos fluxos materiais e imateriais que percorrem a superfície terrestre, integrando pontos e áreas diversos”.

O ressurgimento do conceito de região, a *terceira ressurreição da região*, se coloca, sobretudo, em relação à dinâmica da globalização, abordada em diferentes níveis, mas sempre tendo o “regional reagindo” contra e/ou servindo de base para a assimilação dos processos globais” (COSTA, 2005, p.28)

A globalização mesmo sendo entendida como tendência à homogeneização dos espaços, dos territórios, parece não ter conseguido suprimir a diversidade espacial. Concepção esta, considerada por Corrêa (1997, p.189) ao afirmar que “a economia mundial e a globalização não geraram a homogeneização global, mas ora ratificaram, ora retificam as diferenças espaciais que já existiam”, criando, desfazendo e refazendo unidades regionais.

Assim, no seio da globalização se intensificam as particularidades dos espaços através das modificações originadas pelos processos de produção e reprodução capitalista, como confirma Etges (2001, p.352) ao mencionar que as “expressões da organização diferenciada do espaço, são mantidas e até recriadas pelo modo de produção capitalista”.

Neste particular, podemos afirmar que as reconstituições das diferenças espaciais assumiram enorme rapidez e se tornaram uma das características da economia global. As diferenças espaciais se vinculam essencialmente à idéia de particularidade, e estas se traduzem de forma espacializada na região (Corrêa, 1997).

A região resulta, então, de

⁷ Costa utiliza-se das palavras de Francisco de Oliveira (1981) para exemplificar a morte da região pelo marxismo. Segundo Oliveira *apud* Costa (2005c, p.13-14) “existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de sua formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as regiões. [...] é inegável o grau de homogeneização propiciado pela concentração e centralização do capital, de quase borrar por inteiro as diferenças entre os vários segmentos do território nacional norte-americano”.

processos universais que assumiam especificidades espaciais através da combinação dos processos de inércia, isto é, a ação das especificidades herdadas do passado e solidamente ancoradas no espaço, de coesão ou economias regionais de aglomeração que significa a concentração espacial de elementos comuns numa dada porção do espaço e de DIFUSÃO que implica no espraiamento dos elementos de diferenciação e em seus limites espaciais impostos por barreiras naturais ou socialmente criadas (CORRÊA, 1997, p. 192).

De acordo com estas informações, a globalização torna notável o caráter particular das regiões, e a particularidade se torna relevante na medida em que possibilita uma multiplicidade de recortes na superfície terrestre. Certamente os possíveis recortes regionais atuais são múltiplos e complexos, a região se constrói em múltiplas escalas a partir de distintos agentes e possivelmente havendo recobrimento entre elas. Mas a região é tanto uma realidade quanto uma criação intelectual, é ao mesmo tempo vivida e compreendida de modo diferente por diferentes grupos sociais (GOMES, 1995; CORRÊA, 1997; CORRÊA, 2005).

A região não é imutável, ela está vinculada a práticas e processos histórico-sociais localizáveis geograficamente. A região é uma importante categoria para que se possa compreender uma realidade particular em um sistema universal, onde as características locais possibilitam a criação de processos de delimitação espacial, que se impõem através de processos de regionalização.

REGIONALIZAÇÃO E DIVISÃO REGIONAL

O processo de regionalização se originou historicamente a partir do conhecimento das características do meio geográfico, do conjunto de transformação ocorridas/realizadas pela sociedade no espaço. A abordagem conceitual tida sobre regionalização infere que seu significado não é unicamente sinônimo de diferenciação de áreas em determinado território, a regionalização é também entendida como o processo de formação de regiões (PERREIRA, 2000), que permite conceber a determinada região uma identidade particular.

A regionalização é um processo atuante na realidade, que se constitui pela fragmentação e/ou a integração de áreas. O resultado do processo de regionalização depende dos métodos, critérios e características levados em consideração na sua construção, juntamente com as transformações ocorridas no tempo e no espaço.

Uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender as necessidades impostas por uma política setorial, uma política de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade que se propõem a atender [porém, há] de se considerar [...] que as regionalizações podem emergir da análise e reflexão conforme destaquem ou não determinados elementos e fatores (LIMONAD, 2004, p.58).

Geralmente, o processo de regionalização, com o significado de divisão de um território, é desenvolvido verticalmente⁸, sendo o poder público o responsável pelo surgimento de diversas e distintas regionalizações. É verdade, porém, que existem regionalizações paralelas às impostas pelo Estado, são regionalizações construídas horizontalmente, onde intelectuais e a sociedade em geral são seus idealizadores.

De modo geral, o termo regionalização pode ser interpretado através da formação e transformação de regiões, sendo um processo contínuo, onde as características de determinada área assumem certa particularidade e identidade. Pode também, ser interpretado como sinônimo à noção de diferenciação espacial, estabelecendo limites entre áreas e tendo finalidades específicas, em diferentes escalas geográficas.

O processo de regionalização, entretanto, implica na análise de vários fatores/características e compreende diferentes critérios, métodos e abordagens. Em suma, porém, tal diversidade pode ser explicada pela tipologia evidenciada por Perreira (2000). Segundo este autor a regionalização pode ser assim classificada:

(i) Regionalização como diferenciação de áreas: onde a paisagem geográfica é o método de regionalização e a região é uma determinada paisagem geográfica. Nesta regionalização

⁸ De acordo com SANTOS (2004a), enquanto nas verticalidades os vetores são entrópicos, trazendo desordem aos subespaços, criando e impondo normas aos lugares, nas horizontalidades os lugares são fortalecidos a partir de ações localmente constituídas, onde se busca ampliar a coesão social a serviço do interesse coletivo.

segue-se os princípios que definiam a região natural e a região cultural. Observa-se as características paisagísticas do território e define-se a região como uma área possuidora de certa homogeneidade.

(ii) Regionalização como classificação: é explicada na medida em que o “espaço terá tantas regiões – ou regionalizações – quantas forem as classificações adotadas para analisá-lo” (PERREIRA, 2000, p.68). Esta forma de regionalização origina várias e distintas regiões, sendo que o pesquisador é o responsável pela sua criação na medida em que setoriza e desagrega áreas do território de acordo com seus critérios pré-definidos.

(iii) Regionalização como instrumento de ação: está diretamente vinculada com às “teorias econômicas de desenvolvimento regional e de localização”, sendo o conceito de região aplicado a qualquer parte do território a partir de propósitos quaisquer. É a forma de regionalização amplamente utilizada para a descentralização político-administrativa, onde a região é entendida como “sinônimo de espaço econômico”, sendo homogênea ou funcional (PERREIRA, 2000, p.68).

(iv) Regionalização como Processo: “parte da ideia de que as diferenciações regionais são frutos de processos sociais e econômicos” (PERREIRA, 2000, p.69), e que se modificam com o tempo.

Considerando estas diversas abordagens, afirma-se que os mecanismos e formas de regionalização possibilitam a construção de inúmeras regionalizações num mesmo território, atendendo usualmente concepções e interesses distintos (LIMONAD, 2004).

REGIONALIZAÇÃO DA RECONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA E DA ALTERAÇÃO DO USO DA TERRA NA REGIÃO DO COREDE NORTE/RS⁹

Através dos processos de regionalização, o procedimento de conhecimento do território é facilitado, pois na formação, identificação e delimitação de regiões, ressaltam-se características essenciais marcantes que diferem e aproximam espaços, sintetizando elementos e fenômenos através da representação da realidade espacial. Assim, a regionalização, como sinônimo de diferenciação espacial, se constitui numa ferramenta geográfica extremamente útil, pois ao seguir propósitos determinados, resulta na possibilidade de geração de novos conhecimentos, que, por sua vez, podem originar numerosas aplicações práticas.

Com este enfoque, e buscando aplicarmos algumas técnicas de regionalização na verificação das alterações da estrutura fundiária e do uso da terra, realizamos a regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS, evidenciando grupos relativamente homogêneos de Unidades de Estudos (UEs), revelando a configuração espacial das alterações na estrutura agrária da região no período de 1992 a 2006.

O primeiro procedimento para a realização desta regionalização foi a análise das características individuais das UEs, tais como as modificações na estrutura fundiária e no padrão de uso da terra, a saber: a evolução do número dos imóveis rurais por estrato de área no total de imóveis rurais e o aumento ou diminuição das áreas ocupadas com lavouras, pastagens e matas e florestas.

A partir desta verificação realizamos um agrupamento hierárquico, buscando uma classificação das UEs em grupos relativamente homogêneos. Ou seja, após a verificação das características da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra nas UEs, buscamos agregar as UEs em subgrupos mediante semelhanças e diferenças entre as mesmas.

Neste processo, classificamos as UEs da região do COREDE Norte/RS em três subgrupos, considerando principalmente as modificações na estrutura fundiária (Ilustração 01), como segue:

⁹ Situada geograficamente no norte do estado do Rio Grande do Sul, a região do COREDE Norte/RS é atualmente formada por 32 municípios, representando 2,2% do território do estado do Rio Grande do Sul. Neste artigo, entretanto, utilizamos a base territorial desenvolvida por Talaska (2010), na dissertação *Estrutura Agrária e Reconfiguração Fundiária – o caso da Região do COREDE Norte/RS*, que apresenta uma uniformização da delimitação geográfica atual da região do COREDE Norte/RS, tanto no âmbito municipal, como também no próprio recorte regional, de modo a tornar possíveis comparações espaço-temporais, entre 1992 e 2006, através da criação de áreas mínimas comparáveis e formação de Unidades de Estudo (UEs). Desse modo, a base territorial utilizada neste artigo é formada por 28 municípios (Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebang, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Gaurama, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos) agregados em 18 Unidades de Estudo (UES).

- **Sub-região I:** Caracterizou-se por apresentar aumento no número de imóveis rurais com menos de 10ha e diminuição ou estabilização no número de imóveis rurais com 10ha ou mais.
- **Sub-região II:** Caracterizou-se por apresentar aumento no número de imóveis rurais com menos de 25ha e diminuição ou estabilização no número de imóveis rurais estratificados com 25ha ou mais.
- **Sub-região III:** Caracterizou-se por apresentar poucas similaridades no processo de reconfiguração fundiária, demonstrando alterações em vários níveis de estratos de área nas diversas UEs.

Contudo, verificamos que este agrupamento gerou grupos de UEs não contínuos no espaço e que em cada sub-região criada existem especificidades no padrão de uso da terra, o que pode ser mais bem observado na Ilustração 01.

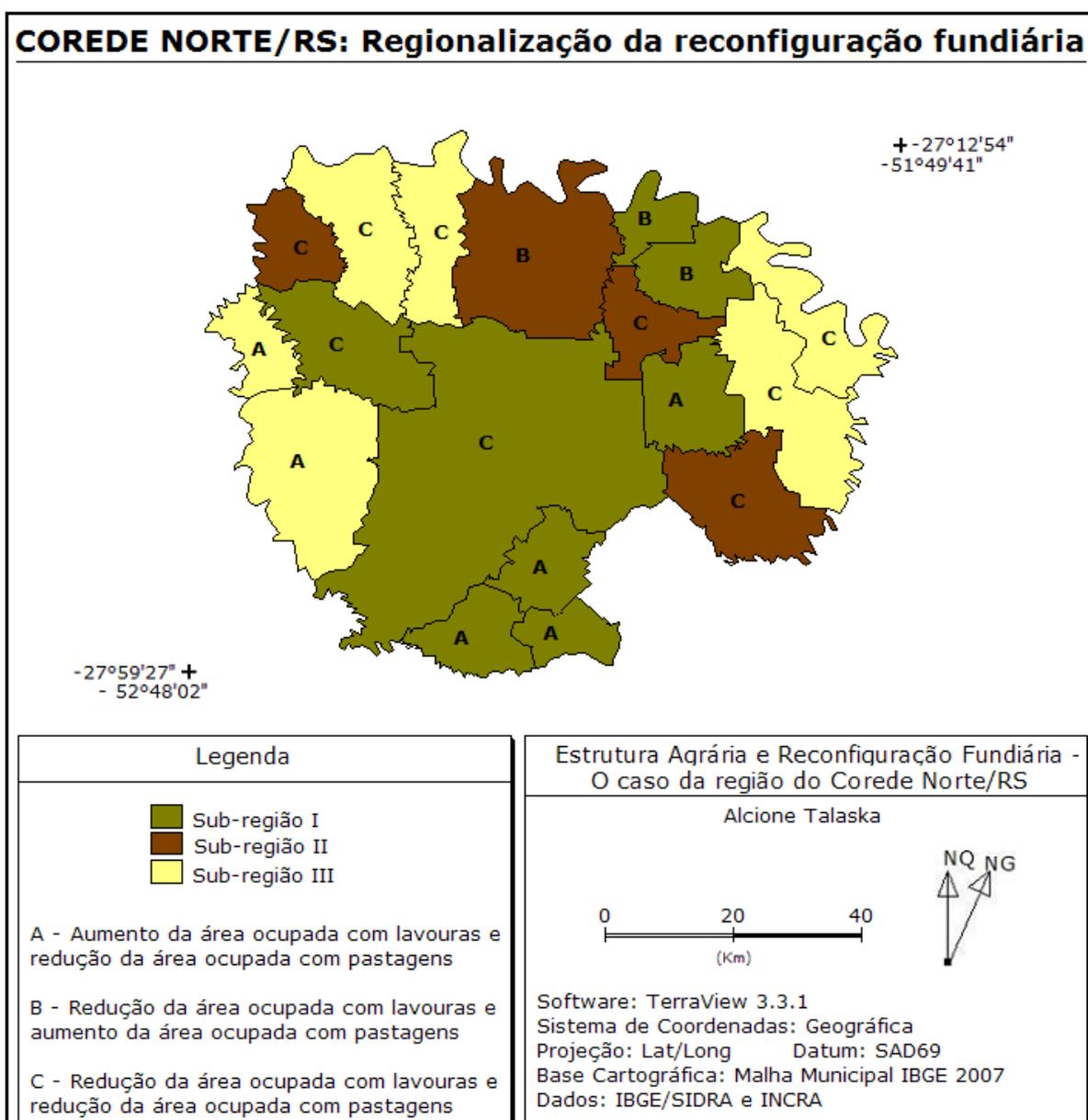


Ilustração 1 – Regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS

Fonte: Talaska, 2010.

A espacialização dos padrões de uso da terra, por sua vez, apresentou-se de maneira bem diversificada na região do COREDE Norte/RS. Senão, vejamos:

- O padrão de uso da terra “A”, aumento da área ocupada com lavouras e redução da área ocupada com pastagens, foi verificado na sub-região I e na sub-região III;
- O padrão de uso da terra “B”, redução da área ocupada com lavouras e aumento da área ocupada com pastagens, foi verificado na sub-região I e na sub-região II;
- O padrão de uso da terra “C”, redução da área ocupada com lavouras e redução da área ocupada com pastagens, foi verificado na sub-região I, na sub-região II e na sub-região III.

O grande problema verificado neste procedimento, entretanto, é que ele não gera grupos contínuos no espaço. As UEs de uma mesma sub-região não são, necessariamente, contíguas, e a classificação gera uma dificuldade de agregar de forma conjunta as informações das alterações da estrutura fundiária e do uso da terra, devido à grande diversidade de situações originadas das características individuais das UEs. Então, buscando enfrentar este problema, utilizamos o método de análise e agregação espacial conhecido por *Skater*.

O *Skater* é uma ferramenta de regionalização de áreas, disponível no *software* TerraView¹⁰. Esse método possibilita agrupar unidades espaciais menores em área maiores, no nosso caso as UEs em regiões relativamente homogêneas, que além de serem contíguas tenham semelhança segundo os atributos associados.

Através do método *Skater*¹¹, realizamos a produção do mapa temático que representa a regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS. Utilizamos, para este procedimento, as variáveis descritas no Quadro 01.

Sigla	Variável
EvR_im5ha	Evolução relativa do número de imóveis rurais com até 5ha
EvR_im5a10ha	Evolução relativa do número de imóveis rurais com 5 a menos de 10ha
EvR_im10a 25ha	Evolução relativa do número de imóveis rurais com 10 a menos de 25ha
EvR_im25a50ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com 25 a menos de 50ha
EvR_im50a100ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com 50 a menos de 100ha
EvR_im100a200ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com 100 a menos de 200ha
EvR_im200a500ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com 200 a menos de 500ha
EvR_im500ha	Evolução relativa do de imóveis rurais com mais de 500ha
EvR_area_past	Evolução relativa da área ocupada com pastagens
EvR_area_lav	Evolução relativa da área ocupada com lavouras
EvR_area_mat	Evolução relativa da área ocupada com matas e florestas

Quadro 01 – Lista das variáveis utilizadas na regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS, através do método *Skater*
Fonte: Talaska, 2010.

Após, o procedimento de análise e agrupamento de UEs, realizado pelo *Skater*, obtivemos a regionalização representada na Ilustração 02. Observamos, que foram criadas três regiões homogêneas, denominadas:

¹⁰ O TerraView é um *software* livre para visualização de dados geográficos com recursos de consulta e de análise espaciais. O *software* TerraView é disponibilizado gratuitamente pelo INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, através do site: <http://www.dpi.inpe.br/terraview/index.php>

¹¹ O tutorial com os passos para a utilização da ferramenta *Skater* do TerraView pode ser acessado através do site: <http://www.dpi.inpe.br/terraview/docs/tutorial/TerraView331/Aula8.pdf>

- Sub-região Norte-nordeste;
- Sub-região Centro-sul;
- Sub-região Oeste.

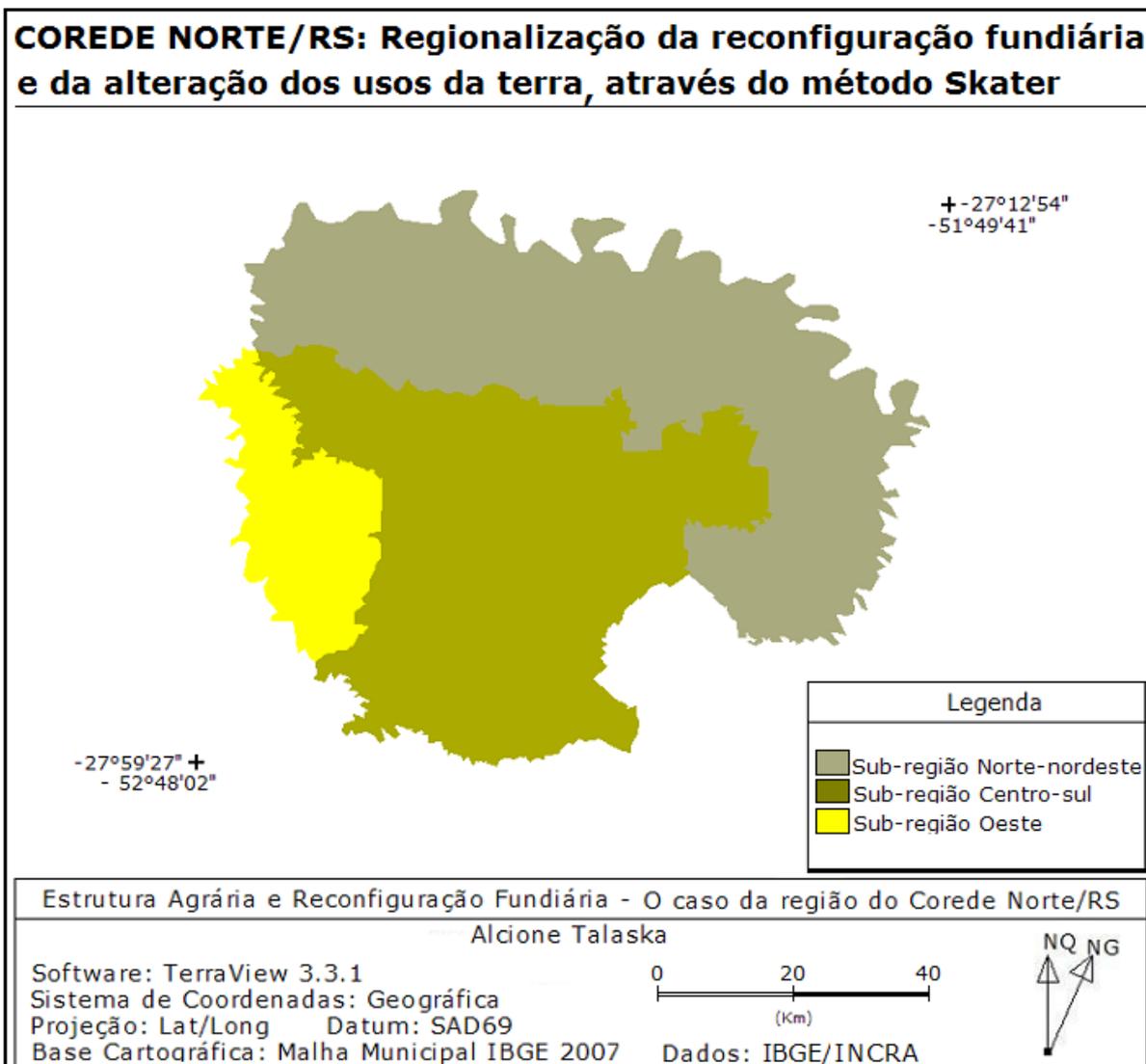


Ilustração 2 – Regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS, através do método *Skater*. Fonte: Talaska, 2010.

Verificamos, em uma análise comparada entre as regionalizações representadas pelas Ilustrações 01 e 02, que a sub-região denominada Centro-sul (Ilustração 02), se refere basicamente à mesma configuração espacial da sub-região II (Ilustração 01), com exceção dos territórios das UEs Severiano de Almeida e Mariano Moro que não foram incorporados, possivelmente, pelo critério da contiguidade territorial aplicado pelo *Skater*.

Verificamos, ainda nesta comparação, que, por este mesmo critério e pela associação das variáveis do padrão de uso da terra, a sub-região Norte-nordeste (Ilustração 02) incorporou áreas da sub-região I, áreas da sub-região II e áreas da sub-região III (Ilustração 01), e, ainda, que a sub-região Oeste (Ilustração 02) é formada unicamente pela área da sub-região III (da Ilustração 01) que é caracterizada pelo aumento da área ocupada com lavoura e redução da área ocupada com pastagens.

Convém destacarmos, no entanto, as principais características que cada uma destas sub-regiões, oriundas da regionalização através do uso do *Skater*, apresenta:

A **sub-região Norte-nordeste** da região do COREDE Norte/RS é composta por 10 UEs (Faxinalzinho, Erval Grande, Itatiba do Sul, Grande Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida, Três Arroios, Marcelino Ramos, Grande Viadutos e Grande Áurea). Considerando o processo de reconfiguração fundiária entre 1992 e 2006, essa sub-região, se configurou, de maneira geral, com um aumento relativo do número dos imóveis rurais estratificados com menos de 25ha e uma diminuição relativa dos imóveis rurais estratificados com 25ha ou mais. Considerando as alterações no padrão de uso da terra, verificamos a redução da área total ocupada com lavouras em todas as UEs da sub-região, sendo que as maiores reduções nas áreas plantadas ocorreram nos cultivos do milho (-25.766,7ha), da soja (-20.831,3ha), do feijão (-14.888ha) e do trigo (-3.330ha). Nas UEs desta sub-região, verificamos também, a redução da área ocupada com pastagens em 70% das UEs da sub-região (exceção das UEs Grande Aratiba, Mariano Moro e Severiano de Almeida), e o aumento da área ocupada com matas e florestas em 90% das UEs da sub-região.

A **sub-região Centro-sul** da região do COREDE Norte/RS é composta por 6 UEs (Erebango, Estação, Gaurama, Grande Erechim, Grande São Valentim e Ipiranga do Sul). A similaridade na reconfiguração fundiária dessas UEs, deve-se ao fato de ser característica comum entre elas, o aumento relativo do número de imóveis rurais estratificados com menos de 10ha e diminuição relativa do número dos imóveis rurais estratificados com 10ha ou mais. Considerando as alterações no padrão de uso da terra da sub-região Centro-Sul da região do COREDE Norte/RS, verificamos a redução da área ocupada com pastagens em toda a região e o aumento da área ocupada com matas e florestas, bem como da área ocupada com lavouras, na maior parte das UEs. Destacaram-se com os maiores aumentos na área plantada da lavoura, os cultivos da soja (19.360ha), do trigo (7.373,2ha), da cevada (3.020,9ha) e de erva-mate (1.025ha)

A **sub-região Oeste** da região do COREDE Norte/RS é composta por apenas 2 UEs (Grande Campinas do Sul e Entre Rios do Sul). Considerando o processo de reconfiguração fundiária, verificamos a falta de uma simetria na evolução relativa do número dos imóveis rurais por estratos de área entre as UEs. Na verdade, há uma grande diversidade de processos que se estabelecem entre os estratos de área nos quais os imóveis rurais estão classificados, fato que dificulta a identificação de similaridades entre as duas UEs. Entretanto, na verificação das alterações no padrão de uso da terra, as similaridades são bem evidentes. Esta sub-região é caracterizada pela redução da área ocupada com pastagens, com aumento da área ocupada com lavouras e pelo aumento da área ocupada com matas e florestas. No que se refere às áreas de lavoura, verificamos o aumento, em ambas as UEs, das áreas ocupadas com cana-de-açúcar, trigo e erva-mate. Sendo que também foi verificado o aumento das áreas ocupadas com cevada, na UE Campinas do Sul e das áreas ocupadas com feijão, soja e pêssego na UE Entre Rios do Sul.

Uma vez explicitadas as similaridades e diferenças que determinaram a formação das três sub-regiões, passamos às considerações (e, eventualmente, à crítica) das regionalizações apresentadas. Utilizamos dois tipos de abordagens para o processo de regionalização da reconfiguração fundiária e da alteração do uso da terra na região do COREDE Norte/RS: o primeiro, através de uma classificação convencional das UEs (sem restrição de continuidade espacial das sub-regiões) priorizando os atributos não-espaciais; e o segundo, através de um procedimento que considera a relação de vizinhança entre as UEs, ou seja, considerando a posição geográfica das UEs e as suas similaridades e diferenças nos atributos não-espaciais.

Na primeira regionalização (Ilustração 01), não consideramos qualquer informação espacial para a formação das sub-regiões. Fato que proporcionou agrupamentos de UEs, com características semelhantes, mas que nem sempre eram contíguos, originando sub-regiões sem continuidade territorial. Neste particular, a quantidade de sub-regiões originadas está em estreita relação com os critérios do pesquisador, que classifica e hierarquiza as informações não-espaciais, para posteriormente verificar a espacialização geográfica que a regionalização assume. Este tipo de regionalização é interessante, pois permite identificar como os fenômenos ou características similares estão espalhados, ou melhor, espacializados, pela área de estudo, independentemente de ser em áreas próximas.

Na segunda regionalização (Ilustração 02), avaliamos as similaridades e diferenças entre as UEs, considerando simultaneamente as suas posições geográficas e seus atributos não-espaciais. Neste particular, a agregação das UEs estava condicionada a resultar em sub-

regiões territorialmente contínuas, respeitando as informações não-espaciais incorporadas na análise. O inconveniente neste processo de regionalização é que na medida em que se realiza a análise e a agregação das UEs para a formação das sub-regiões homogêneas, pode-se generalizar algumas informações espaciais importantes. Isso, no entanto, pode ser minimizado com a geração de uma nova repartição do espaço em estudo, através da criação de novas unidades de áreas (regiões) com dimensões territoriais menos abrangentes, que, tenderiam, a preservar as características espaciais mais específicas.

Assim, embora, o método *Skater* tenha agregado UEs com características similares e separado UEs com características distintas, para formar sub-regiões contínuas, não devemos deixar de reconhecer que em cada sub-região criada existem especificidades individuais das UEs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na geografia, ou em qualquer outra ciência, o debate teórico que traz a sistematização de seus conceitos e categorias representa uma importante forma de verificação e reavaliação dos alicerces da própria ciência. Os conceitos da análise espacial, particularmente, por tratarem constantemente de características do meio geográfico, que se modifica rapidamente, estão sempre na ordem do dia, estando em estudos da geografia e aparecendo, com certa ambiguidade, em estudos de outras ciências.

A partir do estudo apresentado neste artigo, se verifica que o espaço é mais amplo que o território. Enquanto o espaço se refere ao todo, o território se refere a uma parte delimitada desse todo e originado por relações de poder. O território tem um sentido, por vezes, mais amplo que a região, que é concebida como um recorte espacial ou ainda uma construção social carregada de particularidades que as diferenciam das demais partes do todo ou do território. A região é, portanto, o produto de um processo de regionalização independente da escala geográfica em que ocorre e que apresenta constantes alterações.

Nesse aspecto, convém destacarmos que as regionalizações necessitam ter suas respectivas metodologias, objetivos e categorias revisadas constantemente, a fim de se re-regionalizar o espaço. Pois, do mesmo modo que o conceito de região sofreu diversas reformulações ao longo da história, o próprio processo de regionalização também foi, e ainda é, influenciado pelas transformações sociais e ambientais no tempo e no espaço.

No caso do estudo da região do COREDE Norte/RS, a regionalização teve um caráter de diferenciação espacial, com propósitos específicos, e como outra regionalização qualquer, em virtude das condições socioespaciais atuais apresentarem transformações contínuas, por vezes rápidas e profundas, se tornará obsoleta com o decorrer do tempo. O problema enfrentado é que os espaços formadores das regiões apresentam modificações e estas modificações acabam deslegitimando a regionalização original e criando, em virtude disso, contestações.

Em consequência, é fundamental a realização de um processo contínuo de revisão de todas as etapas da regionalização. Somente a constante coleta de características espaciais possibilita a identificação de novas particularidades e desse modo evita a distorção de identidades regionais. Por isso, como afirma Limoned (2004), precisamos cada vez mais repensar a regionalização.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo-Recife: HUCITEC, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região: A tradição geográfica*. IN: CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183-196.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Territorialidade e corporação: um exemplo*. IN: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.257-269.
- CORRÊA DA SILVA, Armando. *O território da consciência e a consciência do território*. IN: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.257-269.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. *Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional*. IN: SPOSITO, Eliseu Savério (org). Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPEER, 2005, p. 09 – 34.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *Territórios Alternativos*. São Paulo:EdUFF/Contexto, 2002.

Entrevista com Roberto Lobato Corrêa. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis, n.01, p. 01-14, jun/2005. Disponível em: <<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed01/entrevista.pdf>>. Acesso realizado em 18/02/2009.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *A região no contexto da globalização: O caso do Vale do Rio Pardo*. IN: VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L.L.. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região.Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p.351-365.

GEIGER, Pedro. *Des-territorialização e espacialização. O território da consciência e a consciência do território*. IN: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). Território, globalização e fragmentação. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.233-246.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-75.

HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 2003

LIMONAD, Ester. *Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem?* In:LIMONAD, Ester et all. Brasil Século XXI: por uma nova regionalização. São Paulo: Max Limonad, 2004. p.54-66.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 17. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Os Agrocombustíveis e a produção de alimentos*. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), 2009, Montevideo/Uruguai. Anais... Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/programaExtendido.php?casillero=1343120000&sala_=A%20-%202012&dia_=SABADO_AREAS_6_7_8>. Acesso em 27 out. 2009.

PERREIRA, Paulo Affonso Soares. *Rios, Redes e Regiões: A sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres*. Porto Alegre: Editora AGE, 2000.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2004b.

TALASKA, Alcione. *Estrutura Agrária e Reconfiguração Fundiária – o caso da região do COREDE Norte/RS*. 2010. 154f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

TERRAVIEW, versão 3.3.1. Software livre. DPI/INPE. [S.l.] [20--]. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/terraview/php/>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

TERRAVIEW. *Tutorial: Operações de análise espacial*. DPI/INPE [S.l.] [20--]. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/terraview/docs/tutorial/TerraView331/Aula8.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2010.